

ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

O mérito dos trabalhos do Professor Paul Singer publicados neste volume, ao contrário da abordagem tradicional, consiste em examinar o problema da explosão do crescimento urbano pela migração da população rural, à correlação entre o desenvolvimento econômico, as contradições das classes sociais e as formas de dominação.



editora brasiliense

Singer

11

7

ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

8

PAUL SINGER

ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

4ª EDIÇÃO



brasiliense

LIVRARIA LER
PRAÇA DA REPÚBLICA, 71
TELS: 32-3219 - 3º-6.115 - 36-3435
"A SERVIÇO DA CULTURA DESDE 1947"
SÃO PAULO - BRASIL

PAUL SINGER
 OBRAS DESTA EDITORA DE ANTROPOLOGIA, HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

Andrade, Manoel Corrêa de - A Terra e o Homem no Nordeste
 Cidade e Campo no Brasil
 Passagens e Problemas do Brasil
 Fausto, Paul - Revolução Industrial e Subdesenvolvimento
 Ayres, James - A Revolução Americana
 Espírito, Cláudio - Viagem à China Aberta (Reportagem)
 Cardoso, F. M. e Heller, G. - Amazônia: Expansão do Capitalismo
 Cavalcanti, Moema M. - Introdução à Teoria do Planejamento

ECONOMIA POLITICA

DA URBANIZAÇÃO

Capa
 MOEMA CAVALCANTI ALVES

Revisão
 ANTONIO SERGIO GUIMARAES



editora **brasiliense** soc. an.
 01042 - rua barão de itapetininga, 93
 são paulo - brasil

ÍNDICE

A GUIA DE INTRODUÇÃO: URBANIZAÇÃO E CLASSES SOCIAIS	9
MIGRAÇÕES INTERNAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O SEU ESTUDO	29
URBANIZAÇÃO, DEPENDÊNCIA E MARGINALIDADE NA AMÉRICA LATINA	61
CAMPO E CIDADE NO CONTEXTO HISTÓRICO LATINO-AMERICANO	91
URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DE SÃO PAULO	115
ECONOMIA URBANA	135
ASPECTOS ECONÔMICOS DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO	145

Quando se pensa qualquer sociedade humana que tenha atingido o estágio da civilização urbana — em que a produção e/ou a captura de um excedente alimentar permite a uma parte da população viver aglomerada, dedicando-se a outras atividades que não à produção de alimentos — a divisão entre urbe e campo aparece claramente aos olhos. São também aparentes as relações que se estabelecem entre os que vivem nas zonas urbanas e os que vivem na zona rural, mediante as quais os segundos fornecem aos primeiros parte da sua produção, em troca de produtos da cidade ou de certos serviços reais ou imaginários (governo, segurança, religião etc.). Já a divisão das mesmas sociedades em classes nem sempre aparece com a mesma clareza. Embora haja sempre uma estrutura social explícita, em castas, estamentos, grupos raciais ou religiosos etc., via de regra a divisão em classes não é óbvia. Um assalariado, por exemplo, pertence a uma classe diferente que o seu empregador, mas sendo ambos moradores da cidade (ou do campo) o seu “status” como membros da mesma *comunidade ecológica* é mais “evidente” que sua participação em classes diferentes. Somente em determinados momentos cruciais da história, quando a dinâmica da sociedade inclusiva enseja o enfrentamento global de classe contra classe, estando o futuro de toda sociedade em jogo, somente nestes momentos a estrutura de classes aparece à luz, sobrepunhando as demais divisões sociais, inclusive a ecológica. Quando os camponeses da França arrasavam castelos, em apoio aos “sans-cullotes” de Paris, ou quando os Junkers prussianos se aliaram aos industriais do Ruhr em apoio ao nazismo — para apontar apenas um momento revolucionário e outro contra-revolucionário — ninguém deixou de perceber que o antagonismo entre campo e cidade (ou entre agricultura e indústria) tinha um caráter historicamente muito menos decisivo que as contradições de classe.

Acontece, no entanto, que mesmo durante o desenvolvimento “normal” das sociedades de classe, as relações entre as classes constituem o processo que molda a evolução da sociedade, decidindo a forma como as comunidades ecológicas se desenvolvem e se inter-

relacionam, constituindo a bipolaridade cidade e campo apenas um efeito secundário, por assim dizer "superestrutural", daquele processo básico. Este fato fundamental é quase sempre obscurecido pela maneira como a organização ecológica da sociedade é analisada. A história das relações campo x cidade é quase sempre escrita abstraíndo-se as relações de classes ou então na suposição de que há dois sistemas de classes, um urbano e o outro rural, que se contrapõem. A história, assim formulada, torna-se ininteligível na medida em que as relações de dominação entre cidade e campo apenas deixam entrever, sem revelar em sua inteireza, as relações de dominação de classe que, estas sim, "explicam" as diferentes formas assumidas pelas primeiras.

A cidade é, via de regra, a sede do poder e portanto da classe dominante. Isso é fácil de entender, desde que se tenha em mente a diferença fundamental entre campo e cidade. "Campo" é o lugar onde se dá a atividade primária, onde o homem entra em contato direto, *primário*, com a natureza, dela extraindo as substâncias que vão lhe satisfazer as necessidades. A transformação final destas substâncias pode-se dar no campo ou na cidade, mas a sua produção primeira, sua separação do meio natural, mediante extração, cultivo ou criação, se dá necessariamente no campo. Este tipo de atividade é, portanto, um monopólio do campo. Não importa se na cidade também vivem cultivadores, entre as atividades urbanas fundamentais não se inclui a agricultura. Uma comunidade de agricultores, por mais densamente aglomerados que vivam seus habitantes e por maior que ela seja (de fato, ela não pode ser muito grande, devido ao caráter extensivo das atividades primárias) não pode ser considerada uma cidade.¹ O que caracteriza o campo, portanto, em contraste com a cidade, é que ele pode ser — e, de fato, muitas vezes tem sido — auto-suficiente. A economia natural é um fenômeno essencialmente rural. No campo se pratica a agricultura e, em determinadas condições, todas as demais atividades necessárias ao sustento material da sociedade. O campo pode, portanto, subsistir sem a cidade e realmente, na história, precedeu à cidade. Esta só pode surgir a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente

¹ As cidades de mineradores constituem uma exceção, que confirma a regra. A mineração é atividade primária, mas falta-lhe a possibilidade da auto-suficiência. Disto decorre que, em determinadas condições, a mineração crie cidades que, como as demais, têm que contar com um suprimento alimentar externo.

necessário à sua subsistência. Só a partir daí é que o campo pode transferir à cidade o excedente alimentar que possibilita sua existência.

A produção do excedente alimentar é uma condição necessária mas não suficiente para o surgimento da cidade. É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração enfim, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. Pois, de outro modo, a transferência de mais-produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dele se apropriasse.

Na análise deste processo de constituição da cidade a partir da diferenciação de uma sociedade rural auto-suficiente, é preciso colocar, como um *segundo* momento, a divisão do trabalho entre campo e cidade. Esta divisão de fato se dá, mas só depois que a cidade já existe. No momento de sua criação, a cidade não pode surgir com uma atividade produtiva própria. Esta se desenvolve, pouco a pouco, como *resultado* de um processo de constituição de uma classe que, por ser dominante, está livre das obrigações da produção direta.

A origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente. Em certas sociedades rurais, de formas variadas, se diferencia uma classe que passa a se dedicar totalmente a certas atividades não produtivas, em geral à guerra e à religião, recebendo do resto da sociedade o seu sustento material. Esta diferenciação não se completa, no entanto, enquanto guerreiros e sacerdotes ainda permanecem no meio rural, fazendo cultivar seus campos por servos ou escravos. Somente quando a residência dos guerreiros se transforma em forte e a dos sacerdotes em templo, agrupando-se ao seu redor as casas de seus servos especializados, isto é, que igualmente deixaram de ser produtores diretos, só então a estrutura de classes se consolida e o princípio da diferenciação entre campo e cidade se estabelece. Outra forma pela qual se estabeleceram sociedades de classes foi a conquista externa. Uma comunidade se impõe, pela força das armas, a outra e dela passa a extrair um excedente. Impondo à comunidade conquistada uma organização centralizada, o que permite

a realização de obras de irrigação e outras que elevam o nível das forças produtivas, o povo dominador eleva o volume dos tributos, o que lhe permite, pouco a pouco, abandonar o exercício das atividades produtivas, dedicando-se exclusivamente à tarefa da dominação, como guerreiros, sacerdotes, juizes, administradores etc., desta maneira se tornando classe dominante.

Seja como for, a diferenciação social tinha que preceder a diferenciação ecológica. Nas palavras de V. Gordon Childe: "Agora é preciso admitir que a realização da segunda revolução (a revolução urbana) requeria a acumulação de capital na forma primeiramente de alimentos, que a acumulação de alimentos tinha que ser em certa medida concentrada para torná-la efetivamente disponível para fins sociais e que no Egito a primeira acumulação e concentração foi aparentemente o resultado de conquista. Mas não é demonstrável que tal conquista foi em todos os casos a causa efetiva para a necessária acumulação e concentração de capital. Na Mesopotâmia veremos que foi nominalmente um deus nativo (na prática, é claro, a corporação de seus auto-nomeados sacerdotes) que administrava a riqueza acumulada de uma cidade sumeriana..."² Childe sustenta que a estrutura de classes tanto poderia ter surgido como resultado de diferenciação interna como de conquista externa. De uma forma ou de outra, o que importa aqui é que a criação da cidade requeria uma acumulação prévia, entendida não como a formação de um estoque inicial (o que não teria sentido para a existência contínua de uma população urbana não produtora de alimentos), mas como um fluxo permanente de um excedente alimentar do campo à cidade. Este fluxo permanente, que põe e repõe as condições de sobrevivência da cidade, pressupõe a existência de uma estrutura de classes e, mais ainda, de uma classe dominante que resolveu isolar-se, com o seu séquito, *especialmente* do restante da sociedade. É só a partir desta resolução, que pressupõe, repita-se, dominação, é que se pode especular sobre a "racionalidade" ou a "funcionalidade" da segregação urbana.

Uma destas especulações é que a cidade surgiu ao redor do mercado enquanto sítio (market-place), em função do desenvolvimento do comércio, e assim pode ter sido em numerosos lugares. Mas a cidade comercial pressupõe, para que possa surgir, um outro tipo de cidade, que assegure as caravanas de mercadores contra o roubo e os mercadores individualmente contra a fraude. A cidade comercial

² *Man makes himself*, p. 107.

é fruto, portanto, de uma cidade-estado, que domina um certo território, dele extraindo um mais-produto que possa ser trocado pelo mais-produto de outros territórios. A cidade não inventa o comércio, mas muda-lhe o caráter, transformando-o de mero escambo irregular de excedentes agrícolas em intercâmbio regular de bens de luxo, em geral manufaturados. Com a cidade surge a produção regular e especializada de bens mais sofisticados (amuletos, jóias, armas) de cujo intercâmbio generalizado se destaca uma mercadoria que, pouco a pouco, se transforma em equivalente geral de todas as outras, tornando-se moeda, e é a troca monetária que finalmente torna possível a ampliação da divisão social do trabalho. Mas por detrás de tudo isso, é sempre bom lembrar, se encontra necessariamente uma classe dominante, capaz de extrair um excedente alimentar suficientemente amplo do campo para sustentar não só a si mas também artífices, cuja produção constitui a razão de ser do comércio. Onde a classe dominante se mostrou impotente para concentrar um mais-produto agrícola suficiente, a manufatura não se desenvolveu nem o comércio prosperou. O longo intervalo entre o surgimento da cidade-fortaleza, no início da Idade Média européia, e o surgimento da cidade comercial, no fim da mesma, testemunha a importância desta condição.

A constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção. Ambos os aspectos do fato urbano são analiticamente separáveis mas, na realidade, soem ser intrinsecamente interligados. A cidade, antes de mais nada, concentra gente num ponto do espaço. Parte desta gente é constituída por soldados, que representam ponderável potência militar face à população rural esparsamente distribuída pelo território. Além de poder reunir maior número de combatentes, a cidade aumenta sua eficiência profissionalizando-os. Deste modo, a cidade proporciona à classe dominante a possibilidade de ampliar territorialmente seu domínio, até encontrar pela frente um poder armado equivalente, isto é, a esfera de dominação de outra cidade. Assim, a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política.

Convém neste ponto levantar a questão: de onde provêm os artífices e soldados, graças a cuja atividade a economia urbana se expande? É preciso considerar que, nos modos de produção anteriores ao capitalismo, as relações de produção se constituem de tal maneira que: 1. os produtores se apropriam das condições de pro-

dução, a começar do solo, de modo direto, no sentido de assegurar-se o seu uso; e 2. este uso tem sempre por finalidade primordial a produção de valores de uso. É para preservar as condições de apropriação, defendendo-as de ameaças externas e subordinando-as internamente a determinadas regras que asseguram sua continuidade, que o camponês se submete à vassalagem, dispondo-se a produzir mais valores de uso que os necessários à sua sobrevivência e dispondo-se outrossim a oferecer o seu braço, ou o de seu filho, para as tarefas da guerra e da manutenção da ordem.

Com o crescimento da população e a ocupação cada vez mais adensada do solo agriculturável, multiplicam-se as exigências que decorrem destas atividades de preservação: os choques mais frequentes com povos vizinhos tornam incompatível o exercício simultâneo da produção e da defesa (ou ataque), levando à profissionalização de uma parte dos ex-produtores como soldados; no mesmo sentido atuam os choques internos que se produzem, na medida em que o crescimento da demanda esgota a capacidade das forças produtivas de satisfazê-la. Não cresce apenas a população dos produtores, mas também as famílias dos senhores e dos seus agregados (servos domésticos, sacerdotes, burocratas), que demandam um crescente volume de mais-produto do camponês. A conscrição do filho do camponês cria as condições de coerção que permitem que este volume acrescido de mais produto seja expropriado. Nas palavras de Marx: *"O fim de todas estas coletividades é a preservação, isto é, a reprodução dos indivíduos, que as formam, como proprietários, isto é, no mesmo modo objetivo de existência, que, ao mesmo tempo, forma o relacionamento dos membros entre si e portanto a própria comunidade. Esta reprodução, no entanto, é simultaneamente produção renovada e destruição da velha forma.* Por exemplo, onde cada indivíduo deve possuir um tanto de solo cultivável, já o progresso da população se atravessa no caminho. Se se deve possibilitá-lo, então há que empreender colonização, o que torna necessária a guerra de conquista. Com ela escravos etc. Ampliação do *ager publicus* (área de uso comum), por exemplo, também, e com ela patricios que representam a coletividade etc. Deste modo, a preservação da velha coletividade compreende a destruição das condições sob as quais ela repousa, transformando-se em seu contrário. Se se pensa por exemplo que a produtividade pode ser expandida na mesma área mediante o desenvolvimento das forças produtivas etc. (isso na agricultura tradicional é exatamente o mais vagaroso), esta alternativa pressuporia novos modos e combinações do trabalho, a utilização de grande parte do dia na agricultura etc. e com isso

as velhas condições econômicas da coletividade seriam de novo superadas." ³

É, no fundo, o êxito no sentido mais profundo, histórico e quase biológico, do que Marx denomina de "velha coletividade", isto é, de modos de produção que se baseiam na apropriação direta das condições de produção pelo produtor; é este êxito que torna possível a expansão demográfica trazendo consigo exigências cuja satisfação requer a dissolução das "velhas relações de produção", ou seja, a separação (inicialmente parcial) do produtor das condições objetivas de sua atividade.

A situação básica de tensão entre o crescimento da população e o estágio alcançado pelas forças produtivas só conhece duas saídas: ou os conflitos resultantes abrem caminho a um novo desenvolvimento das forças produtivas ou eles acarretam fomes e epidemias que detêm o crescimento da população, dizimando-a. De uma forma ou de outra, parte da população tem que ser retirada do campo. É a sua saída para a cidade que possibilita o salto para diante das forças produtivas.

2 A transformação da cidade em centro de produção (e não só de exploração do campo) só pode resultar de uma luta de classes entre senhores e servos ou patricios e plebeus, no curso da qual ambos os lados se redefinem, redefinindo o conjunto de suas relações. Neste processo, parte do mais-produto, que ainda continua vindo à luz como valor de uso, transforma-se, na mão de uma nova classe dominante, em valor de troca, em mercadoria. É com base nesta transformação, que a cidade se insere na divisão social do trabalho, alterando-a pela base. Surge uma nova classe de produtores urbanos, retirada originalmente do campo, e que, por estar na cidade, pode elevar a um novo patamar as forças produtivas. Por de cima desta, surge uma nova classe dominante que, em contraste com a velha, não se apropria de um mais-produto formado por valores de uso, mas acumula riqueza "móvel", valores de troca, que podem reingressar no circuito produtivo na medida em que se encontram, no mercado, trabalhadores que, de alguma maneira, foram desligados da "velha comunidade" e que, por isso, não são mais proprietários de suas condições de produção, sendo obrigados, portanto, a alienar ou o fruto do seu trabalho ou sua força de trabalho. É importante compreender que a origem desta "nova" relação de produção só poderia se dar na cidade, isto é, num lugar em que a prática da economia natural é, por definição, impossível. Nas condições em que

³ *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Europa Verlag, Wien s/d, pp. 393/4. Sublinhado no original — P. S.

o campo ainda permanece dominado pelas "velhas" relações de produção, o modo de assegurar que o produtor se dedique sistemática e definitivamente à produção de valores de troca é separá-lo do seu fundo de subsistência, coagindo-o a obter, mediante a venda, os meios para comprar os víveres de que necessita.

Nesta fase, a cidade deixa de ser meramente a sede da antiga classe dominante para tornar-se o centro de uma nova classe rival de mercadores, usurários, especuladores, coletores de impostos etc. Não se trata de capitalistas ainda, pois sua existência depende, no fundo, da simbiose entre as novas e as velhas relações de exploração. A grande maioria da população vive no campo e produz um excelente alimento que é, em grande parte ainda, apropriado pela velha classe dominante, a qual passa, no entanto, a aliená-lo em troca dos produtos de luxo trazidos do exterior pelos mercadores. Estes, por sua vez, usam a parcela do excedente alimentar assim adquirido para obter do artesanato urbano local (organizado geralmente em corporações) mercadorias que, exportadas, proporcionam recursos com os quais novos carregamentos de artigos de luxo podem ser importados. Ao mesmo tempo, o camponês é induzido a aumentar a produção de alimentos de diversos modos: mercadores trazem-lhe novas variedades de plantas e animais (introdução da batata na Europa, do açúcar na América etc.); os terratenentes elevam as rendas, para dispor de mais produtos a serem alienados em troca de manufaturas; estas também acabam sendo desejadas pelo camponês, que procura trazer um maior volume de seus produtos ao mercado, para poder adquiri-las.

Tudo isso colocou os pressupostos sociais e econômicos que possibilitaram um notável avanço das forças produtivas. Vejamos, agora, como isso ocorreu.

2 W A aglomeração urbana permite uma expansão imensa da divisão do trabalho. Como já o mostrou Adam Smith, o limite da divisão do trabalho é o tamanho do mercado. Este tamanho é dado por fronteiras políticas e pelos custos dos transportes. A cidade rompe esta última barreira, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população. O atendimento dos mercados urbanos possibilita a especialização dos ofícios, com o conseqüente desenvolvimento das técnicas (metalurgia, cerâmica, vidraria etc.), que chega a atingir grande esplendor ainda na Antiguidade. Até o surgimento do transporte mecanizado, o custo do transporte constitui um impedimento efetivo da expansão dos mercados, exceto para produtos de grande densidade de valor (geralmente bens de luxo). Nestas condições, a proximidade entre produtores e consumidores, propiciada pelo convívio urbano, reúne num mesmo mercado uma considerável massa

populacional, cuja demanda permite a multiplicação das atividades especializadas. O efeito sobre o desenvolvimento das forças produtivas é tão ponderável que é lícito se pensar numa "revolução urbana" num sentido análogo ao da revolução industrial.

3 Mas a expansão da divisão de trabalho intra-urbana, ensejada pelo crescimento da cidade, se desdobra, a partir de certo momento, na constituição de uma divisão de trabalho entre diferentes núcleos urbanos. Este desdobramento eleva as forças produtivas a um novo patamar, pois permite o surgimento de atividades especializadas que suprem uma demanda muito mais ampla que a do mercado local. A condição para tanto, porém, é que a rede urbana integrada nesta divisão do trabalho esteja politicamente unificada, ou seja, sob o domínio de um poder centralizado. Embora desde a Antiguidade houvesse um certo comércio "internacional", isto é, transações entre sociedades politicamente independentes, este comércio estava sujeito a uma série de acordos (quase sempre precários) entre estados, o que limitava sua expansão. É a unificação de uma série de cidades-estado em impérios que, de fato, cria as condições para o florescimento de uma ampla divisão interurbana do trabalho. Neste sentido, o exemplo de Roma é dos mais marcantes. Escrevendo a respeito da constituição e apogeu do império romano, diz Childe: "Júlio e Augusto puseram fim aos piores excessos dos governadores senatoriais. Eles deram ao império uma administração razoavelmente eficiente e honesta. Acima de tudo lhe deram paz. Por cerca de 250 anos a grande unidade gozou de paz interna num grau até aquele momento jamais gozado por uma área tão grande... O resultado imediato foi um renascimento da prosperidade e, ao menos nas novas províncias do oeste, um aumento da população. Em todas as novas províncias na Gália (França e Bélgica), Alemanha (o Vale do Reno) e Britânia (Inglaterra), assim como na Espanha e África do Norte, cidades do padrão greco-romano foram estabelecidas... Rostontzeff chamou uma vez as novas cidades de "colmeias de zangões", mas elas foram também colmeias de indústria e comércio. Os ofícios exercidos nelas supriam não apenas os cidadãos e a população rural da vizinhança de bens manufaturados, mas também bárbaros bem além das fronteiras do império. Caçarolas de bronze feitas em Capua por exemplo apareceram na Escócia, Dinamarca, Suécia, Hungria e Rússia... O comércio circulava livremente através do império. As cidades estavam ligadas por uma rede de soberbas estradas. Portos foram, em todos os lugares, melhorados ou construídos e as vias marítimas estavam agora livres de piratas. Cerâmica manufaturada na Itália foi encontrada na Ásia Menor, Palestina, Chipre, Egito, África do Norte, Espanha e sul da Rússia;

os produtos das fábricas da França alcançavam a África do Norte e o Egito, assim como a Espanha, a Itália e a Sicília.”⁴

39 O império romano talvez tenha sido a mais ampla economia urbana pré-industrial que jamais existiu, entendendo-se por economia urbana uma organização da produção que se baseia na divisão do trabalho entre campo e cidade e entre diferentes cidades. A economia urbana, ao mesmo tempo em que requer um espaço político para seu desenvolvimento, proporciona os fundamentos materiais para que este espaço se constitua. Uma vez estabelecida, a economia urbana integra as diferentes partes do território, ao especializá-las produtivamente, tornando-as interdependentes, o que reforça sua unificação política. Pode-se entender, desta maneira, como o ressurgimento da economia urbana, na Europa, no fim da Idade Média, tenha coincidido com a criação dos primeiros estados nacionais.

Quando a divisão do trabalho entre cidade e campo se estabelece firmemente, a cidade deixa de ser apenas a sede da classe dominante, onde o mais-produto do campo somente é consumido (*in natura* ou transformado), para se inserir no circuito metabólico homem-natureza. A transformação dos elementos da natureza pelo homem passa a ser apenas iniciada no campo mas é completada na cidade. Desta maneira, o homem do campo passa a ser consumidor de produtos urbanos, estabelecendo-se uma verdadeira troca entre cidade e campo.

O estabelecimento da divisão do trabalho entre cidade e campo é um processo longo, que depende, em última análise, do ritmo de desenvolvimento das forças produtivas urbanas. O centro dinâmico deste processo é a cidade, que multiplica suas atividades de duas maneiras: a) capturando atividades antes exercidas no campo e as incorporando à sua economia e b) criando novas atividades mediante a produção de novas técnicas e/ou de novas necessidades. A distinção entre as duas maneiras é dificultada pelo fato de que as atividades anteriormente exercidas no campo ressurgem, na cidade, transformadas mediante inovações técnicas e/ou organizacionais, de modo que se confundem com atividades inteiramente novas, de cunho exclusivamente urbano. Seja de que maneira for, o estabelecimento desta divisão de trabalho é assistida, ou melhor, sofrida passivamente pelo campo. Na medida em que as forças produtivas urbanas se desenvolvem, o camponês aumenta a produção de mercadorias que

⁴ *What happened in history*. New York, Penguin Books, 1946, p. 256 e 258.

vende à cidade e adquire mais produtos urbanos. É claro que este processo raramente é espontâneo, no sentido de que o comportamento do camponês seja pautado por algum tipo de cálculo econômico de “custos e benefícios”. Em geral, o camponês aumenta a sua produção de mercadorias porque lhe elevam a renda que paga pela terra, a carga tributária ou os juros. Em casos extremos ele é expropriado, transformando-se em escravo, servo ou assalariado.

O desenvolvimento das forças produtivas urbanas, por sua vez, não pode ser pensado como um processo apenas econômico. Ele é condicionado pela expansão da divisão de trabalho intra e interurbana, portanto pelo tamanho e qualidade do espaço político, no qual a cidade se insere. Entendemos por “qualidade” do espaço político a natureza das relações de produção que se estabelecem no campo e na cidade, que vão condicionar a composição e o tamanho do mais-produto, extraído dos produtores diretos do campo e da cidade, e a proporção dele que retorna ao processo produtivo com o fito de ampliá-lo ou diversificá-lo. As relações de produção decorrem dos modos de produção que prevalecem no campo e na cidade e que colocam determinadas barreiras à expansão das forças produtivas.

Quando se examinam realidades históricas concretas, percebe-se que na civilização urbana coexistem, freqüentemente, diferentes modos de produção. Em Roma, a produção simples de mercadorias, praticada por camponeses e artesãos, se desenvolveu paralelamente à economia escravagista. Na Europa, durante a Idade Média, a servidão no campo e as corporações nas cidades continuaram por muito tempo, enquanto o capitalismo comercial, baseado na indústria doméstica e no sistema do “putting-out”, se desenvolvia nas aldeias. Em cada momento e lugar, a estrutura de classes concreta resulta da presença simultânea de diferentes modos de produção. As tensões e conflitos entre classes são produzidos por duas diferentes linhas de ruptura, que se entrecruzam. De um lado, se tem a contradição entre dominadores e dominados: senhores e escravos, senhores e servos, mestres e oficiais (nas corporações) etc. Do outro, surge a contradição entre as classes dominantes dos diferentes modos de produção coexistentes na mesma sociedade e que disputam a apropriação das mesmas condições de produção (basicamente terra e força de trabalho): donos de escravos e mestres de ofício, senhores feudais e comerciantes capitalistas etc.

Este último tipo de luta de classes pode ser entendido como um conflito entre diferentes modos de produção, cada um dos quais incorpora uma certa potencialidade no que se refere ao desenvolvi-

mento das forças produtivas. Do resultado deste conflito, que nem sempre constitui a hegemonia de um modo de produção e a destruição dos outros, podendo se dar vários tipos de acomodação e coexistência conflitante, depende a continuidade ou não do desenvolvimento das forças produtivas. A luta entre dominadores e dominados, dentro de cada modo de produção, influi poderosamente neste resultado, na medida em que enfraquece a classe dominante de um modo de produção e pode reforçar o grupo dominante rival.

Pode-se interpretar deste modo o surgimento do capitalismo no seio da sociedade feudal, sua longa luta para se desenvolver e o seu triunfo final como uma etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas urbanas. O capitalismo surge na cidade, no centro dinâmico de uma economia urbana, que lentamente se reconstitui na Europa, a partir do século XIII. Durante os séculos seguintes, a libertação de certas cidades do domínio feudal, a fuga dos servos para estas cidades, o estabelecimento das ligas de cidades comerciais e o surgimento de uma classe de comerciantes e banqueiros preparam o terreno para a Revolução Comercial, no século XVI, que estabelece, finalmente, uma divisão do trabalho interurbana no plano mundial, assegurando um amplo e contínuo desenvolvimento das forças produtivas. Neste processo, a capacidade associativa da cidade medieval, ou melhor, de sua classe dominante — a burguesia — no sentido de se unir dentro da cidade contra as demais classes e de se associar a outras cidades num sistema cada vez mais amplo de divisão do trabalho, ou seja, de se constituir como classe, desempenha um papel essencial. “De fato, esta capacidade aparece como uma contradição destrutiva no interior da sociedade medieval; o ‘modo de produção’, na medida em que ele chega a se constituir com suas funções e estruturas, na medida em que o pensamento teórico chega a concebê-lo como um todo, implica uma hierarquização (tão estrita como múltipla: as ordens, a nobreza, o clero) que utiliza esmagando-as as relações conflitantes (entre camponeses e senhores, entre senhores e burgueses, entre príncipes e reis, entre o Estado nascente e os ‘sujeitos’ etc.). Verifica-se que a relação ‘cidade-campo’ resiste a este esmagamento, e por conseqüência ocasiona o desabamento de uma poderosa arquitetura sócio-política. O caráter associativo inerente à cidade acaba por arrastar o campo, por engendrar formas novas que o superam. Ele triunfou, não sem lutas, sobre a hierarquização inerente ao feudalismo e os conflitos sem saída (os dos camponeses contra os senhores, entre outros). O modo de produção, como totalidade, compreendia uma contradição essencial ou principal, dissolvente ou sobretudo destrutiva, mas dinâmica, pois concentrava e resolvia os demais conflitos. Esta contradição era

mais poderosa que aquela, que impressiona à primeira vista, entre os servos e os (senhores) feudais, os camponeses e os senhores.”⁵

Vale a pena ressaltar o fato de que a burguesia comercial começou a se desenvolver à base do excedente de produção do artesanato, organizado corporativamente. Mas o interesse dos mestres de ofício, abrigado e preservado pela regulamentação corporativa, logo se opôs à expansão das forças produtivas, que o comércio em escala mundial requeria. A posição e os privilégios de cada mestre se baseavam na minuciosa observância das mesmas e imutáveis regras técnicas de produção. Deste modo, limitava-se o número de mestres e excluía-se a competição entre eles. Mesmo quando o número de trabalhadores urbanos — oficiais, aprendizes e jornaleiros — se multiplicava, o número fixo de mestres e sua restrita capacidade de produção limitava severamente o volume de produtos colocados à disposição do mercador.

Encontrava-se, assim, a burguesia comercial entre duas barreiras: o monopólio sobre o excedente alimentar exercido pela aristocracia feudal e o monopólio sobre a produção manufatureira, exercida pela elite corporativa. A primeira barreira mostrou-se inicialmente mais frágil. A servidão no campo, corroida por dentro pela crescente comercialização do excedente alimentar, liberava mão-de-obra nas aldeias, que o comerciante passou a aproveitar para a produção de manufaturas. Surge assim a indústria doméstica: com matérias primas e (muitas vezes) ferramentas fornecidas pelo comerciante, membros da família camponesa passam a produzir em escala cada vez maior mercadorias, sem estar sujeitos à regulamentação corporativa, cuja vigência se limitava à área urbana. Aprofunda-se a divisão do trabalho, com o surgimento de novas funções especializadas, elevando-se o nível das forças produtivas. É a revolução da manufatura, que se dá fora da cidade e contra a cidade. A produção manufatureira cai cada vez mais sob o domínio do capital comercial, cuja força política cresce na mesma proporção que o seu poderio. Forja-se a aliança entre o capital comercial e a autocracia real, que se dirige simultaneamente contra a aristocracia feudal, cujo particularismo local entrava o comércio, e contra as corporações urbanas, cuja resistência à ampliação da escala de produção obstaculiza o desenvolvimento das forças produtivas.

A política econômica posta em prática por esta aliança, inspirada nas doutrinas mercantilistas, visava a criação de monopólios

⁵ H. Lefebvre, *La Pensée Marxiste et la Ville*. Casterman, Tournai, 1972, sublinhado no original.

comerciais mediante a expansão colonial, a abolição dos privilégios feudais no campo e da regulamentação corporativa na cidade. A abolição das barreiras internas ao comércio, as conquistas no além-mar e o enfraquecimento das corporações foram os principais instrumentos desta política. Foi assim que o capital comercial "triunfou sobre a hierarquização inerente ao feudalismo", abrindo caminho a novos e formidáveis avanços das forças produtivas.

Se a revolução manufatureira se orientou, pelo menos em seu princípio, contra a cidade, conquistando-a, de fora para dentro, a revolução industrial teve por palco, desde o início, a área urbana. A revolução industrial tem por base uma alteração no modo de produção, que torna o investimento no *instrumento de produção*, e não mais apenas na matéria prima e no produto acabado, altamente lucrativo. Até então os instrumentos de produção (de modo geral, simples ferramentas) eram de propriedade do produtor direto, que as manejava. Este era explorado pelo mestre de ofício, na cidade, ou pelo comerciante, nos subúrbios e nas aldeias. Mas, com a expansão da manufatura, cuja extensa divisão do trabalho tendia a desmembrar os antigos ofícios, reduzindo-os a uma miríade de funções especializadas e *mutuamente dependentes*, tornava-se possível empregar homens sem longo aprendizado anterior, que eram adestrados com relativa rapidez no trabalho e que se inseriam no processo produtivo apenas como assalariados. Tais homens não dominavam mais as condições de produção nem possuíam os instrumentos do trabalho, que lhes eram colocados à disposição pelo empregador. A partir deste momento, estão postas as condições para separar o produtor de suas condições de produção, subordinando-as ao capital. Surge o "fabricante", cuja meta é a valorização do seu capital, tanto em sua forma fixa como circulante, dando sempre preferência às técnicas de produção que permitem obter um dado valor de uso com o menor gasto de tempo de trabalho (vivo e morto) socialmente necessário. Esta nova classe de fabricantes "descobre" que a aplicação das inovações técnicas — a energia do vapor, o tear mecânico, a máquina de fiar etc. — proporciona lucros remuneradores, dado que a economia de capital vivo (força de trabalho) proporcionado pelas novas técnicas mais do que compensa os gastos com capital constante (máquinas).

O resultado deste processo — a moderna unidade de produção, a fábrica — é necessariamente um fenômeno urbano. Ela exige, em sua proximidade, a presença de um grande número de trabalhadores. O seu grande volume de produção requer serviços de infra-estrutura (transportes, armazenamento, energia etc.), que constituem o cerne da moderna economia urbana. Quando a fábrica

não surge já na cidade, é a cidade que se forma em volta dela. Mas é, em ambos os casos, uma cidade diferente. Em contraste com a antiga cidade comercial, que impunha ao campo o seu domínio político, para explorá-lo mediante uma intrincada rede de monopólios, a cidade industrial se impõe graças à sua superioridade produtiva. A burguesia industrial toma o poder na cidade em nome do liberalismo e varre para fora do cenário a competição das formas arcaicas de exploração. O capital comercial perde seus privilégios monopolísticos e acaba se subordinando ao capital industrial, reduzido ao papel de mero intermediário.

Quando se dá a Revolução Industrial, a economia mundial, no sentido de uma ampla divisão internacional do trabalho que abrange cidade e campo de múltiplos países, já estava dada. Nesta economia mundial, a posição dos vários países não era a mesma. O acesso ao mercado externo de cada país dependia do seu poder político, sobretudo de sua capacidade de monopolizar colonialmente territórios no além-mar e de dominar rotas marítimas. Neste sentido, a Grã-Bretanha desponta, no fim do século XVIII como a potência líder da economia mundial. É o domínio inglês de uma ampla gama de mercados externos, a condição chave da Revolução Industrial, que se inicia naquele país. Como o salientaram Marx e Engels: "A concentração do comércio e da manufatura, que se desenvolve sem pausa no século XVII, num país, a Inglaterra, criou para este país paulatinamente um certo mercado mundial e, com ele, uma demanda pelos produtos manufaturados deste país que não poderia mais ser satisfeita mediante as forças produtivas industriais de então. Esta procura que sobrepujava a capacidade das forças produtivas foi a força motriz que fez surgir o terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média, ao produzir a grande indústria — a utilização de forças elementares para fins industriais, a maquinaria e a mais extensa divisão do trabalho." ⁶

O uso de novas formas de energia e da maquinaria não só correspondeu à exigência de uma demanda concentrada mas exigiu por sua vez, para se tornar rentável, em comparação com as técnicas manufatureiras até então praticadas, uma demanda muito ampla e, portanto, concentrada. Sem uma produção em grande escala, o investimento em capital fixo não pode ser amortizado. Este fato está na base do caráter desigual e contraditório que a Revolução Industrial assumiu no plano mundial, praticamente desde o seu início. A grande indústria permaneceu apanágio britânico durante cerca de

⁶ Die Deutsche Ideologie. Dietz Verlag, Berlin, 1957, págs. 58-59.

um século — dos fins do século XVIII ao último quartel do seguinte. Durante todo este período, a economia urbana inglesa permaneceu como centro dinâmico de um sistema internacional de divisão do trabalho que tinha o campo da maior parte dos outros países como grande área periférica. A partir de 1875 mais ou menos este quadro se modifica, mas apenas no sentido da substituição do monopólio industrial inglês pelo monopólio análogo de um punhado de nações — Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, além da própria Inglaterra etc. — cuja economia urbana se industrializa, passando a absorver, do campo de seus próprios países e dos demais, matérias-primas e alimentos, fornecendo em troca bens industrializados. Sendo a concentração o traço essencial da indústria fabril, que o progresso técnico dos últimos 200 anos não fez mais que acentuar, era inevitável que os países que não pudessem contar com um acesso privilegiado a amplas parcelas do mercado mundial não se industrializassem, passando a constituir, num sentido muito amplo da expressão, o “campo” das “cidades” industriais do mundo. Tomando-se a industrialização como a forma “normal” de desenvolvimento, passou-se a reconhecer que estes países — a grande maioria da humanidade — permaneceram “subdesenvolvidos”.

Para que a industrialização se generalizasse, tornando possível o surgimento de centros industriais em numerosos países, era preciso que a demanda por produtos industriais se ampliasse extraordinariamente e pudesse, assim, ser repartida de forma menos concentrada. E foi o que aconteceu, em virtude, antes de mais nada, da profunda mudança que a Revolução Industrial ocasionou nas relações entre campo e cidade. Como se viu acima, a população rural já se tinha tornado, mesmo antes do surgimento da indústria fabril, consumidora de produtos manufaturados de origem urbana. Mas, enquanto a grande indústria não barateou estes produtos, a divisão do trabalho entre campo e cidade permaneceu sobremodo limitada. Os camponeses efetivamente adquiriam bens manufaturados das cidades, mas mantinham ainda uma ampla produção (sobretudo alimentos, instrumentos de trabalho, construção) para seu autoconsumo. Com o advento da indústria, a superioridade do produto urbano, tanto em preço como em qualidade, pouco a pouco eliminou a produção de subsistência do campo, transformando o camponês num agricultor especializado. A partir de um certo momento, a indústria urbana revolucionou também a tecnologia agrícola, passando a fornecer ao campo seus principais instrumentos de produção: arados de ferro, fertilizantes, tratores, colhedoras, energia elétrica, vacinas etc.

Dois foram os efeitos mais gerais deste processo de “industrialização” da agricultura. De um lado eliminou completamente a pro-

dução de subsistência do campo, ao menos nos países industrializados: cada exploração agrícola passou a se dedicar a apenas algumas poucas culturas, passando, a partir daí, a não poder mais sequer produzir alimentos para seus trabalhadores. A substituição dos animais de tiro pelo trator contribuiu muito neste sentido, ao permitir a dissociação da lavoura da criação de gado. Deste modo, a cidade ficou sendo o lugar no qual se concentra não apenas o excedente alimentar produzido no campo, mas toda produção agrícola, a qual é comercializada, transformada industrialmente e, em parte, redistribuída ao campo a partir da cidade. Do outro lado, a “industrialização” da agricultura permitiu imensa expansão das forças produtivas no campo ou, mais precisamente, um aumento formidável da produtividade do trabalho agrícola. A conseqüência deste fato foi um amplíssimo desemprego tecnológico na agricultura, pois a demanda pelos produtos do campo cresceu muito menos que as forças produtivas que pudessem satisfazê-la. É preciso acentuar que, embora a “industrialização” da agricultura já se dê há quase um século, o seu efeito sobre a produtividade e o emprego no campo só se fez sentir, na maioria dos países industrializados, há umas poucas décadas.

A divisão do trabalho entre campo e cidade sofreu, deste modo, uma transformação tão ampla que hoje já é legítimo se colocar a dúvida quanto à validade da distinção entre campo e cidade. Não é difícil prever uma situação em que a maioria da população “rural”, no sentido ecológico, se dedique a funções urbanas e que a prática da agricultura — mecanizada, automatizada, computadorizada — em nada se distinga das demais atividades urbanas. Este certamente não é o lugar para se aprofundar este tema. Basta indicar que a população do campo nos países industrializados foi totalmente integrada no mercado da grande indústria; tanto emigrando para a cidade (tangida pelo desemprego tecnológico), como permanecendo no campo. Nos países não industrializados surgiram (devidamente fomentados pelos representantes de demanda) importantes Setores de Mercado Externo, integrados na divisão internacional do trabalho e cuja população também passou a demandar produtos da grande indústria. Se, além disso, for lembrado o forte crescimento da população mundial, a partir dos dois últimos séculos pelo menos, não será difícil entender como foi possível expandir a procura pelos produtos industriais num ritmo tão rápido que possibilitou, ao mesmo tempo, o avanço da tecnologia (e portanto das escalas de produção) e a difusão da indústria por grande número de países, inclusive da América Latina, Ásia e África.

Os países que chegaram tarde ao cenário industrial tendem a sofrer todo esse processo de mudança em sua estrutura social, econômica e ecológica de uma forma concentrada. Muitos destes países não passaram pela fase da economia urbana manufatureira (pré-industrial) e os que chegaram a ter este modo de produção viram-no ser exterminado pelas forças de penetração, inicialmente político-militares e depois econômicas, dos países onde já dominava a grande indústria. Nas cidades destes países, o aparecimento de uma burguesia capaz de "resistir ao esmagamento e fazer desabar a poderosa arquitetura sócio-política" da velha ordem colonial deu-se tardiamente e em condições completamente diferentes das que presidiaram o seu aparecimento original na Europa. Para mencionar apenas uma destas novas condições: enquanto a burguesia medieval européia se defrontava, dentro da cidade, com uma mão-de-obra constituída por servos fugidos da gleba, incapazes de organizar-se como classe, a burguesia dos países que recém se industrializam já se defronta com um proletariado que se constitui como classe ao mesmo tempo que ela, burguesia.

* * *

Os ensaios que se seguem tratam dos problemas da urbanização no contexto do desenvolvimento. Todos eles têm, como traço teórico comum, um enfoque globalizador: a problemática urbana só pode ser analisada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural, que afeta tanto cidade como campo, e não se esgota em seus aspectos ecológicos e demográficos. Na verdade, hoje mais do que no passado, estes aspectos não passam de uma primeira aparência de um processo mais profundo de transformação da estrutura de classes e dos modos de produção em presença. É por isso que a análise do processo de urbanização não passa, muitas vezes, de uma abordagem inicial que é obrigada a superar o seu próprio tema se, de fato, deseja elucidá-lo. Portanto, quando se pensa em urbanização numa sociedade que se industrializa, é preciso procurar pelo papel que as classes sociais desempenham nela, pois, em caso contrário, ela tende a ser tomada como um processo autônomo, fruto de mudança de atitudes e valores da população rural, perdendo-se de vista seu significado essencial para o conjunto da sociedade.

1. O CARATER HISTÓRICO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS

Como qualquer outro fenómeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre históricas e condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança do qual elas não devem ser separadas. Em outras palavras, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o processo mais amplo que o envolve. Assim, por exemplo, estudou as migrações internas na Alemanha, o conteúdo da sua análise é condicionado pelo processo de industrialização que se desenvolveu nesse país.

MIGRAÇÕES INTERNAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O SEU ESTUDO

A análise do processo de industrialização mostra, no entanto, que a sua trajetória tem sofrido modificações profundas, que levam a distinguir pelo menos três modalidades de industrialização: a) a revolução industrial "original", que começou no século XVIII, na Inglaterra e rapidamente se expandiu na Europa Ocidental e Central e na América do Norte, da qual resultou o sistema econômico dos países capitalistas desenvolvidos de hoje em dia; b) a industrialização dos países de economia centralmente planejada, iniciada na União Soviética com o Primeiro Plano Quinquenal (por volta de 1928) e que hoje tem lugar em vários países da Europa Oriental, Ásia, América (Cuba); e c) a industrialização em países capitalistas igualmente recentes, das ex-colônias europeias de América Latina.